

Cadastro positivo pode ajudar a reduzir juros para consumidor

Senado aprova e envia à sanção projeto que cria lista de bons pagadores. Informações serão repassadas a bancos e financeiras

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que cria uma lista de consumidores bons pagadores, mecanismo que, espera-se, deverá contribuir para a redução das taxas de juros cobradas no país. As empresas comerciais vão repassar a bancos e instituições financeiras uma relação

de nomes, formando um cadastro positivo, em oposição às listas de “nomes sujos na praça” que existem hoje.

O líder do governo Romero Jucá disse que o funcionamento do cadastro, definido apenas em linhas gerais pelo projeto, ainda precisará ser resolvido, possivelmente por medida provisória. **3**



Romero Jucá (na frente de ACM Júnior), Osmar Dias, Agripino Maia e Eduardo Azeredo debatem projeto: benefício ao bom pagador

Waldemir Brito/Senado Federal



Inácio Arruda e Rosalba Ciarlini, na reunião da CAS, que também aprovou política de assistência à saúde infantojuvenil

J. Freitas/Senado Federal

Política de medicamentos com *status* de lei federal

Política Nacional de Medicamentos pode virar lei federal, se Câmara confirmar a aprovação pelo Senado, ontem, de projeto de Papaléo Paes. **5**

Vai à Câmara projeto que flexibiliza hora da *Voz do Brasil*

Emissoras de rádio poderão escolher quando vão transmitir o programa, entre as 19h e as 23h, conforme projeto aprovado em regime de urgência pelo Plenário e enviado para análise dos deputados federais. **8**

Ministro diz que turismo pode crescer até 13% neste ano **6**

Ancine e setor audiovisual defendem cotas

A definição de cotas para a produção nacional na programação das TVs por assinatura foi defendida ontem

em audiência pública conjunta. Também foi discutida a abertura desse mercado às empresas de telefonia. **8**

Congresso entrega comenda a ex-presidentes de tribunais **2**



Flexa Ribeiro (D) acompanha exposição do diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema, Manoel Rangel

Márcia Kalume/Senado Federal

Defesa da concorrência terá regras mais rigorosas **3**

Sarney anuncia fundo contra violência e novo CPP neste ano **7**

Comissão aprova reforma do Código de Processo Civil **4**



Gilmar Mendes (E), Michel Temer, José Sarney e Cesar Asfor

Jane Araújo/Senado Federal



Deputado Michel Temer (E) e ministro Cesar Asfor Rocha aplaudem, enquanto o senador José Sarney entrega a Ordem do Congresso Nacional ao ministro Gilmar Mendes

Gilmar Mendes e Asfor Rocha recebem a Ordem do Congresso Nacional

Comenda foi entregue aos dois ministros – ex-presidentes do STF e do STJ, respectivamente – em reconhecimento à contribuição que deram para estabelecer relações harmônicas entre os Poderes Legislativo e Judiciário

GILMAR MENDES, MINISTRO do Supremo Tribunal Federal (STF), e Francisco Cesar Asfor Rocha, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), receberam ontem a Comenda da Ordem do Congresso Nacional.

Criada em 1972 para homenagear pessoas e instituições que se tenham tornado dignas do especial reconhecimento pelo Congresso, a comenda foi entregue

pelos presidentes do Senado, José Sarney, em solenidade na Sala de Audiências.

– A Ordem do Congresso Nacional é dada com muita parcimônia para figuras eminentes. Durante os mandatos dos ministros Gilmar Mendes e Cesar Asfor Rocha à frente do STF e do STJ, tivemos o privilégio desta harmonia entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário

ter sido uma constante, engrandecendo o regime democrático, disse Sarney, que é também grão-mestre da Ordem.

Michel Temer, presidente da Câmara e chanceler da Ordem, também chamou a atenção para a harmonia entre os Poderes, principalmente a partir da Constituição de 1988.

– Havia uma dissonância entre as instituições. A partir de 1988,

passamos a observar consonância. Isso se deve muito à integração entre os Poderes – assinalou Temer.

Gilmar Mendes lembrou que o país vive 22 anos de normalidade constitucional, “maior período desde a proclamação da República”. Asfor Rocha elogiou a integração entre os Poderes e dividiu a homenagem com os colegas do STJ.

Temer diz que o PMDB pleiteia cinco ministérios

O vice-presidente eleito e presidente do PMDB, deputado Michel Temer, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, José Sarney, e revelou aos jornalistas que o partido pleiteia cinco ministérios no próximo governo. Temer disse que Sérgio Côrtes, possível indicado para o Ministério da Saúde, é da cota da presidente eleita, Dilma Rousseff (PT).

Pouco antes, Sarney reiterou que a definição de nomes do PMDB para compor o novo ministério está entregue a Michel Temer:

– O PMDB reuniu-se há cerca de um mês, entregando ao presidente do partido a centralização de todas as negociações. De maneira que é ele quem está encarregado, quem tem as informações, quem está negociando com os outros partidos e com a presidente eleita.

Sobre a visita feita a Dilma na terça-feira, na residência oficial da Granja do Torto, Sarney repetiu que não negociou cargos.

– Não estávamos absolutamente tratando disso. Inclusive tivemos a oportunidade de fazer a ressalva de que esse assunto estava entregue à presidência do partido.

Polícia legislativa encerra fórum nacional no Interlegis

O 1º Fórum Nacional de Polícia Legislativa, com o tema “Garantindo a independência do Poder Legislativo”, foi encerrado ontem à tarde no Auditório Antonio Carlos Magalhães do Interlegis.

O encontro, promovido pelo Senado, serviu para discutir temas de interesse da categoria, como carreira policial, treinamentos, atribuições, relacionamento com os demais órgãos policiais, controle externo pelo Ministério Público e interno pelas corregedorias de polícia legislativa.

O objetivo da iniciativa foi integrar as polícias legislativas e os órgãos de segurança das assembleias legislativas do país e do Congresso Nacional, divulgando os trabalhos e os desafios para o exercício da profissão.

Os participantes anunciaram, ao final do encontro, que pretendem manter contato entre si, para que ocorram mais discussões e também sobre futuros fóruns para aperfeiçoamento e treinamento dos policiais legislativos.



Isabela Lisboa, policial do Senado, em palestra ontem

Coral do Senado se apresenta hoje no Salão Branco

O Coral do Senado Federal, formado por servidores, realizará uma apresentação gratuita hoje, a partir das 18h, no Salão Branco do Congresso Nacional.

Batizado de *Cantoria*, o espetáculo a ser apresentado terá regência da maestrina Glicínia Mendes e acompanhamento da pianista Ana Amélia Gomyde.

Formado em 1996 para promover a integração dos servidores, o Coral do Senado já se apresentou em todo o país e no exterior, além de ter gravado dois CDs.

Consultoria lança agenda para o desenvolvimento nacional

O Centro de Estudos da Consultoria do Senado lançou ontem, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, a *Agenda legislativa para o desenvolvimento nacional*. A obra traz 26 artigos sobre políticas públicas, escritos pelos consultores legislativos e de orçamento, além de advogados do Senado.

Os artigos abordam temas variados como educação, saúde, agricultura, meio ambiente, infraestrutura, legislação, orçamento e previdência, entre outros.

O consultor legislativo e diretor do Centro de Estudos da Consultoria do Senado, Fernando

Meneguim, explica que a ideia da publicação é contribuir para o debate sobre temas relevantes para o país.

– O objetivo da obra é contribuir para o debate no Congresso Nacional acerca de políticas públicas que possam contribuir com o desenvolvimento do país, servindo tanto para a atual legislatura quanto para os novos senadores.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) elogiou a publicação. Ela acredita que os senadores poderão ter na agenda uma ajuda para aprimorar as ideias e ampliar seus conhecimentos em outras áreas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PEC inclui Caatinga no patrimônio nacional

14h O Plenário realiza sessão deliberativa. Os senadores analisam, entre outros itens, proposta de emenda à Constituição que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que integram o patrimônio nacional.

Presidência Reunião no Palácio do Planalto

9h30 O presidente José Sarney participa da 36ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no Palácio do Planalto. Às 12h, recebe o presidente da ECT, David José de Matos. Às 15h30, preside assinatura do ato que cria o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG). Às 16h, dirige a ordem do dia.

CI Debate sobre rodovias e ferrovias

8h30 O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Bernardo Figueiredo, participam de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre as rodovias e ferrovias, em razão de grandes eventos que vão ocorrer no país, como a Rio + 20, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

CRE Indicações de novos embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se reúne para analisar a indicação de novos embaixadores brasileiros. Também examina projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos internacionais.

CMO TCU e Petrobras falam de obras irregulares

10h A Comissão Mista de Orçamento realiza audiência pública com representantes do Tribunal de Contas da União e da Petrobras, para esclarecimentos de irregularidades em obras, apontadas em auditoria do TCU.

CPI da Pedofilia Presidente do TCE do Amapá depõe

14h A CPI da Pedofilia ouve o presidente do Tribunal de Contas do Amapá, José Julio de Miranda Coelho, na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, onde está preso sob acusação de abuso sexual de menores.

Lançamento Livro discute MPs e créditos

18h Lançamento do livro *Medida provisória e crédito extraordinário – excesso de democracia ou crime de responsabilidade?*, de Álvaro Ayres de Oliveira Junior, no hall da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MP 499/10 chega e já tranca a pauta

O presidente José Sarney leu ontem em Plenário a Medida Provisória 499/10, que chega à Casa trancando a pauta de votações. O líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR) espera que haja acordo entre os líderes

para que a medida possa ser votada na próxima semana. A MP cria o cargo de chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com subsídio de R\$ 11.431,88, por meio da extinção de 61 funções comi-

sionadas técnicas de menor remuneração. A MP cria outros dois cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS-6). O cargo de chefe do Estado-Maior é previsto pela Lei

Complementar 136/10, que reformulou as atribuições do Ministério da Defesa no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa. O Estado-Maior Conjunto é órgão de assessoramento do Ministério da Defesa.

Projeto fortalece Sistema de Defesa da Concorrência

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; e estabelece autorização prévia para operações de fusão e incorporação de empresas, menos para consórcios formados para participar de licitações.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentou em Plenário parecer sobre as emendas ao texto original (PLC 6/09), que, por ter sofrido mudanças no Senado, retorna à Câmara dos Deputados.

José Agripino (DEM-RN) apresentou sugestão de subemenda supressiva que retira a punição para empresas que invistam na exclusividade do produto que comercializam. Romero Jucá (PMDB-RR) solicitou ao relator que acatasse a sugestão de Agripino. Dornelles concordou e transformou a sugestão em subemenda do relator.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, com a aprovação da matéria, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência eliminará dificuldades para o desenvolvimento e fortalecimento dos mercados. Ele elogiou alterações feitas por Dornelles, que imprimem agilidade às operações e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), à estabilidade dos mercados e aos direitos do consumidor.

Negociação em Plenário: o líder do governo Romero Jucá (E) disse que trabalho do relator Aloizio Mercadante tornou possível a aprovação do projeto no Senado



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vai à sanção presidencial cadastro do bom pagador

Senado aprova projeto que cria lista de compradores que pagam em dia. Mas nomes só poderão ser incluídos na relação com autorização prévia de cada consumidor

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto do ex-senador Rodolfo Tourinho que cria nos sistemas de proteção ao crédito um cadastro para registro dos consumidores e tomadores de empréstimos que pagam corretamente suas dívidas. Chamado tecnicamente de cadastro positivo, o arquivo também recebeu o apelido de cadastro do bom pagador e tem como objetivo estimular a adimplência e a pontualidade.

Os defensores do cadastro dizem acreditar que uma das consequências de sua implementação será a diminuição dos juros para quem paga em dia e não dá calote.

Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a matéria altera o Código de Defesa do Consumidor e vai agora à sanção do presidente da República. Segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o governo federal deverá editar ainda este ano medida provisória com mudanças que

não puderam ser feitas no projeto, sem prejudicar sua aprovação.

O objetivo da criação do cadastro positivo é permitir aos agentes financeiros monitorar o grau de endividamento dos consumidores, possibilitando a diminuição do risco das operações e a consequente redução das taxas de juros para os bons pagadores.

Atualmente os órgãos de proteção de crédito no país trabalham apenas com um cadastro negativo do tipo "nada consta", que não permite aos emprestadores conhecer suficientemente o histórico financeiro dos consumidores.

O projeto (PLS 263/04) havia sido aprovado pela Câmara com uma emenda e, por isso, voltou ao Senado para novo exame. A alteração feita pelos deputados, e acatada pelos senadores, diz que deverá haver prévia concordância e autorização expressa do consumidor para os registros no

cadastro positivo.

Durante a votação, vários senadores destacaram a importância da aprovação da matéria para a redução dos juros cobrados das pessoas físicas no mercado financeiro.

Marco Maciel (DEM-PE), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apontou como "grande vantagem" do cadastro positivo a redução paulatina dos *spreads* bancários.

José Agripino (DEM-RN) ressaltou que o cadastro oferece para as pessoas físicas que se apresentarem como pagadores pontuais e adimplentes taxas de juros compatíveis com sua seriedade e não com as de devedores relapsos.

– Esse projeto vai beneficiar milhares de pessoas físicas que vão poder tomar dinheiro emprestado mais barato, uma vez que o cadastro positivo vai mostrar que são adimplentes, que são bons pagadores – afirmou Agripino.

Jucá disse que a atuação de Aloizio Mercadante (PT-SP) como relator possibilitou o entendimento com o governo para a aprovação da matéria.

Medida provisória vai implementar aplicação da nova lei, segundo antecipou o líder do governo



Waldemir Barreto/Senado Federal

Proposta, que volta à Câmara, foi relatada por Dornelles em Plenário

Dornelles pede que Câmara aprove PLS 411/09

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do PLS 411/09, já votado no Senado. A proposta do senador permite que empresas utilizem o crédito fiscal acumulado com exportações na compra de bens de capital e de bens de consumo.

Dornelles afirmou que o projeto teve sua inspiração na Subcomissão para a Reforma Tributária, da qual foi relator. A subcomissão sugeriu o aproveitamento da legislação infraconstitucional para desonerar exportações e investimentos. Posteriormente, na Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, vários empresários e especialistas reclamaram, em audiências, que a forma atual de tributação subtrai competitividade da produção nacional.

O senador explicou que a Constituição determina a não incidência de tributos como IPI, Cofins e PIS-Pasep sobre produtos exportados, assim como o ICMS, cobrado pelos estados. Porém, esses impostos e contribuições incidem sobre insumos e outros bens e serviços utilizados pelos exportadores para fabricarem e venderem os produtos que exportam. Atualmente, esses tributos podem ser descontados nos pagamentos de impostos nas vendas para o mercado interno.

Orçamento deve ser votado dia 22, afirma relator

O Orçamento da União para 2011 deve ser votado até o dia 22, conforme o relator-geral da proposta, senador Gim Argello (PTB-DF). Ontem, ele se reuniu com o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, e o governador de Mato Grosso, Silval Barbosa.

Gim Argello disse que a proposta (PLN 59/10) tramita no Congresso dentro do cronograma previsto e que espera receber até amanhã os relatórios setoriais sobre as dez grandes áreas do Orçamento. O relator-geral previu que, entre terça e quarta-feira, a Comissão

Mista de Orçamento (CMO) votará esses relatórios.

O passo seguinte será a elaboração do relatório geral com uma proposta substitutiva ao projeto enviado pelo governo. Votado na CMO, o texto será examinado pelo Plenário do Congresso.



Márcio Kolumbe/Senado Federal

Gim Argello recebe o governador de Mato Grosso, Silval Barbosa, na Comissão de Orçamento

Sarney: excesso de leis frustra opinião pública

O presidente do Senado, José Sarney, criticou ontem o excesso de leis no Brasil. Para ele, um grande número de leis não garante a resolução de problemas, o que pode gerar frustração na opinião pública.

– O que há no Brasil é um excesso de legislação. Temos aqui milhares e milhares de leis que tornam tudo quase impossível. E aí gosto de citar Montesquieu, que dizia que muitas leis, nenhuma lei. É o que acontece um pouco no Brasil, argumentou.

Sarney citou também o exemplo da Assembleia Legislativa da França, que aprovou 23 leis no ano passado, número considerado grande para os padrões do país europeu.

– Os jornais reclamavam que o cidadão francês não podia assimilar essas leis para cumpri-las. O que há no Brasil é que se criou uma mentalidade de que através de uma lei se resolve tudo. Então ficamos casuísticos. Cada problema se tenta resolver imediatamente com processo legislativo, o que frustra a opinião pública – declarou.

Para Sarney, a publicação de medidas provisórias também contribui para deformar o processo legislativo.

– O próprio sistema das medidas provisórias seduz o governante a pensar que ele pode resolver através de uma simples lei assinada pelo presidente. Isso deformou muito o processo legislativo e ao mesmo tempo não só tivemos um excesso de leis como tivemos também uma queda de qualidade das leis – assinalou.

Sarney recebeu ontem a visita do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Orani João Tempesta e participou da entrega da Comenda da Ordem do Congresso Nacional, no grau de Grã-Cruz, aos ministros Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, e Francisco Cesar Asfor Rocha, do Superior Tribunal de Justiça (veja a pág. 2).

Senadores aprovaram ontem à noite, em votação simbólica, o parecer do relator Valter Pereira. Novo Código de Processo Civil tem 1008 artigos e sua principal meta é enfrentar a lentidão na tramitação das ações na Justiça

Novo CPC passa em comissão e agora enfrenta três turnos no Plenário

EM RÁPIDA REUNIÃO ontem à noite, os senadores da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil aprovaram, em votação simbólica, o parecer apresentado pelo relator, Valter Pereira (PMDB-MS), na forma de um substitutivo ao projeto (PLS 166/10). O texto de Valter Pereira para o novo CPC, com 1.008 artigos, terá de ser apreciado pelo Plenário do Senado. Como se trata de um novo código, o projeto será votado em três turnos, para depois seguir para análise da Câmara dos Deputados.

O principal objetivo das mudanças no atual CPC, em vigor desde 1973, é enfrentar a morosidade na tramitação das ações na Justiça. Para isso, o substitutivo absorve do texto original, preparado pela comissão especial de juristas designada para elaborar o anteprojeto do novo CPC, as regras destinadas a simplificar os processos e reduzir a possibilidade de recursos.

Tanto a elaboração do projeto quanto a do substitutivo foram

precedidas por amplo debate com os profissionais que atuam no campo jurídico, durante audiências públicas em todo o país. Na fase de consulta da comissão temporária que analisou o projeto preparado pelos juristas, foram realizadas dez audiências e aproveitadas contribuições de 106 notas técnicas encaminhadas à comissão, além de mais de 800 propostas sobre pontos específicos, sendo 664 su-

gestões populares colhidas pela internet. Foram apresentadas 220 emendas ao PLS 166/10, 14 delas acolhidas integralmente pelo relator, e outras 48 foram acolhidas parcialmente.

Com o objetivo de acelerar a decisão dos processos, uma das maiores inovações é o instrumento denominado “incidente de demandas repetitivas”, para a solução das demandas de massa. A partir desse recurso, o que

for decidido por tribunal superior num processo específico será aplicado nacionalmente, nas instâncias inferiores, a todas as causas com o mesmo objetivo.

O substitutivo manteve ainda a garantia de que, nos processos de conciliação, para solucionar conflitos sem a necessidade de disputa judicial, o papel de mediador possa ser exercido por profissionais de qualquer área.



Senadores Antonio Carlos Júnior (E) e Valter Pereira mostram ao ministro do STJ Luiz Fux o relatório final sobre a reforma do código

Relator lembra lentidão enfrentada por quem precisa da Justiça

Antes da reunião de ontem, o senador Valter Pereira foi ao Plenário fazer um balanço de sua atuação como relator. Ao defender a aprovação do texto, ele afirmou que a reforma do código é “um apelo inquestionável para quem precisa bater às portas da Justiça para resolver seus conflitos”.

Referindo-se às medidas que visam dar mais agilidade aos processos, o senador declarou que “só quem é acossado por alguma lesão a seus direitos e precisa de uma solução sabe o que significa a espera indefinida por uma decisão judicial”.

– E a lentidão tem sido um empecilho atávico para a maioria que pede justiça e

clama também por presteza – argumentou.

Valter Pereira lembrou ainda que, antes de o PLS 166/10 iniciar sua tramitação no Congresso, o presidente do Senado, José Sarney, instituiu uma comissão de juristas para a elaboração de um anteprojeto. Esse colegiado foi presidido por Luiz Fux, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e teve como relatora Teresa Arruda Alvim, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), “ambos profundos conhecedores do Direito instrumental brasileiro”.

Principais medidas

Entre as principais medidas previstas na proposta, Valter

Pereira citou a instituição de regras para reduzir a litigiosidade, “valorizando a conciliação e a mediação”; a redução da intermitência de recursos sobre incidentes processuais; a eliminação de medidas procrastinatórias ou a unificação de recursos “que hoje se espalham e são decididos um a um, interrompendo o processo”; e a introdução de mecanismos para a decisão de demandas iguais, “com igualdade de tratamento e de tempo”.

– Meu relatório e meu voto não resultaram somente de minhas convicções, mas da colaboração daqueles que ouviram, discutiram e ajudaram a produzi-los – ressaltou o senador.

Ao reiterar a importância das críticas e contribuições ao projeto, Valter Pereira informou que, “de toda essa mobilização”, resultaram 217 emendas de senadores, 106 notas técnicas encaminhadas por diversas instituições e órgãos, 829 manifestações com propostas “enviadas por pessoas, dos mais titulados das nossas universidades até o mais modesto operador do Direito”.

Além disso, o senador Valter Pereira lembrou que outras 58 propostas que tramitavam na Casa, tanto de iniciativa do Senado como da Câmara, foram apensadas ao projeto do novo código e, portanto, também examinadas.

Eleições: debatedores querem regras para pesquisa e internet

Mecanismos para disciplinar a realização de pesquisas eleitorais, normas para propaganda na internet e prazos uniformes para julgamentos de questões eleitorais foram sugestões feitas em debate da comissão de juristas que elabora o novo Código Eleitoral. A reunião aconteceu ontem no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

O novo Código Eleitoral, na opinião do 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-

GO), deverá conter mecanismos disciplinadores dos institutos de pesquisas, não para cercear a divulgação ao eleitor das informações sobre as tendências das urnas, mas para estabelecer parâmetros que aproximarão as pesquisas da realidade.

José Nery (PSOL-PA) pediu a definição clara dos prazos para julgamento de todos os processos da Justiça Eleitoral, para evitar situações como a vivenciada hoje pelo Pará, de indefinição



Marconi Perillo (ao lado de Dias Toffoli) cobra instrumentos que disciplinem atuação dos institutos de pesquisa

quanto ao resultado do pleito de outubro para o Senado.

Para a vice-procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau, é necessário maior controle da propaganda pela internet, pois nas

últimas eleições houve um número significativo de blogs em nome de pessoas inexistentes. Isso tornou difícil a identificação de autores de ofensas a candidatos. Já o ex-ministro do TSE José

Eduardo Rangel de Alckmin sugeriu mudança no cálculo para distribuir as vagas no Legislativo. A comissão é presidida por Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Proposta define objetivos e mecanismos para que o país assegure acesso da população a remédios seguros, eficazes e de qualidade

Política de assistência à saúde infantojuvenil vai à Câmara

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, ontem, projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que institui uma política de assistência à saúde da criança e do adolescente no âmbito do sistema de saúde suplementar.

A proposta foi sugerida pela Sociedade Brasileira de Pediatria e teve aprovação terminativa na CAS.

A assistência à saúde da criança e do adolescente prestada no âmbito dos planos privados de assistência à saúde deve incluir medidas preventivas para evitar problemas que interfiram no crescimento e desenvolvimento do jovem. A prevenção, determina ainda o projeto (PLS 228/08), será feita por meio de procedimentos terapêuticos e diagnósticos para detecção e tratamento das doenças que acometem as pessoas dessa faixa etária.

As ações e os procedimentos

serão estabelecidos em protocolos clínico-terapêuticos elaborados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, ouvida obrigatoriamente a Sociedade Brasileira de Pediatria.

Os atendimentos médicos a crianças e adolescentes serão feitos por especialistas em pediatria, com diploma reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina.

Para a relatora, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), "o atendimento programado, com revisões médicas pré-agendadas, associado ao atendimento eventual, na hipótese de surgirem agravos inesperados, faz com que o pediatra conheça mais profundamente seu cliente, seus hábitos e suas susceptibilidades, capacitando-o a escolher o melhor tratamento entre as várias opções terapêuticas geralmente disponíveis", diz Rosalba Ciarlini, que também é médica pediatra.

CAS aprova lei para Política Nacional de Medicamentos

A POLÍTICA NACIONAL de Medicamentos poderá ganhar *status* legal, conforme projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. Agora será a vez de a Câmara votar a proposta.

O projeto (PLS 83/10) estabelece como objetivos da Política Nacional de Medicamentos assegurar o acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, ao menor custo possível, e promover o uso racional dos remédios. De acordo com o texto, a implementação da Política Nacional de Medicamentos deverá ser avaliada periodicamente por metodologias definidas pelos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e os resultados da análise terão de ser divulgados a cada ano.

A proposta determina o emprego da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) como referência para direcionar a produção farmacêutica e a definição de remédios essenciais. Essa relação, que constitui o rol de medicamentos para tratamento de enfermidades prioritárias em saúde pública no



Projeto de Papaléo Paes (C) estimula a fabricação de medicamentos genéricos

país, deverá ser atualizada em intervalos menores de dois anos. Recomenda ainda a adoção de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para doenças relevantes à saúde pública. Tais procedimentos conterão, entre outras instruções, os medicamentos e demais produtos apropriados, bem como as posologias recomendadas.

Genéricos

A obrigatoriedade do emprego da denominação genérica de medicamentos em editais, propostas, contratos e notas fiscais da administração pública, além

das embalagens de materiais de divulgação médica, também é prevista no projeto. Para promover a produção nacional, a proposta estimula a fabricação de genéricos e a preferência do seu uso nos laboratórios oficiais.

A proposição inclui ainda a preocupação com a educação permanente dos profissionais de saúde, dos pacientes e da comunidade para o uso racional dos medicamentos. O uso irracional e desnecessário de remédios aliado à automedicação, observou o senador, leva a altas taxas de intoxicação.

Peão de rodeio poderá contribuir para o INSS

Projeto aprovado ontem pela CAS inclui o peão de rodeio como contribuinte individual da Previdência Social. O PLS 567/09 enquadra esse profissional na categoria dos segurados que recolhem alíquota de 20% sobre a remuneração mensal. O projeto, do senador Romeu Tuma, falecido em outubro, recebeu decisão terminativa e agora será analisado na Câmara.

A proposta inicial de Tuma obrigava as entidades promotoras de rodeios a recolher a contribuição previdenciária dos profissionais, exigência descartada no substitutivo do senador Jayme Campos (DEM-MT), aprovado na CAS.

O relator resolveu incluir o peão de rodeio entre os contribuintes individuais. Jayme Campos avaliou a medida como "salutar" por garantir, de um lado, a correta contribuição para o sistema previdenciário e, de outro, a devida proteção ao peão pela seguridade social.

Proibição de dispensa de gestante sem justa causa

A regulamentação do dispositivo constitucional que veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O texto aprovado é um substitutivo do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) a projeto (PLS 43/06) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). O relator acatou todo o conteúdo da proposta original, mas, para atender à exigência da Constituição, sugeriu a transformação do projeto de lei ordinária em projeto de lei complementar.

Conforme a proposta, quando a confirmação ou o início da gravidez ocorrer durante o período de aviso prévio, indenizado ou não, a empregada será reintegrada. Os valores eventualmente recebidos a título de indenização serão descontados em parcelas mensais.



Rosalba Ciarlini, Augusto Botelho e Paulo Paim em reunião da CAS

Augusto defende proibição de fumo em ambiente fechado

Augusto Botelho (sem partido-RR) defendeu, ontem, a aprovação de projeto (PLS 315/08) do senador Tião Viana (PT-AC) que torna mais rígida a proibição do uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbo ou qualquer outro produto fumífero em ambiente fechado, público ou privado.

– Tenho certeza de que esse fato deverá refletir positivamente no cenário internacional,

com um posicionamento claro do Senado frente aos interesses econômicos e financeiros da indústria do tabaco – disse.

Dados de pesquisa da Fiocruz citados pelo senador dão conta de que mais de R\$ 300 milhões dos custos hospitalares anuais do Sistema Único de Saúde (SUS) com hospitalização de pessoas com câncer e doenças cardiovasculares e respiratórias são atribuíveis ao tabagismo.

Serys pede fim do preconceito contra portador de HIV

A passagem, ontem, do Dia Mundial de Combate à Aids foi registrada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que alertou para a necessidade de reforçar o combate ao preconceito contra portadores do vírus HIV.

De acordo com a senadora, se, por um lado, o Brasil tem realizado avanços no combate ao problema, por meio de políticas públicas adequadas, por outro, os portadores do vírus e doentes ainda sofrem com o estigma social, o que dificulta sua integração normal à sociedade.

– Pessoas com HIV não preci-



Afastados do convívio social, doentes podem piorar muito, alerta Serys

sam ser afastadas do convívio social; pelo contrário, precisam ser mais e mais integradas, porque um dos principais problemas da doença é a fragilização do indivíduo, que, sem apoio, pode ter seu estado de saúde agravado, por conta da depressão.

Paim apoia reivindicação de hemofílicos

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ontem que a Federação Brasileira de Hemofilia solicitou, em carta, que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) realize uma reunião de trabalho ou uma audiência pública para debater a situação dos 14 mil pacientes em

todo o país e a concessão de tratamento pelo Ministério da Saúde.

Paim disse que o Congresso Nacional aprovou um total de R\$ 360 milhões no Orçamento Geral da União deste ano para a compra de remédios destinados ao tratamento de pacien-

tes hemofílicos e outras coagulopatias hereditárias, mas até o momento apenas 50% desse total foi executado.

Paulo Paim se comprometeu a realizar uma reunião de trabalho na CDH ou, se for necessário, uma audiência pública.

"Saneamento deficiente prejudica SUS"

Paulo Paim afirmou, em discurso, que a falta de infraestrutura de água e esgoto pode ser considerada a maior fonte de problemas de saúde no

Brasil, levando à superlotação de hospitais. O senador fez uma análise dos problemas que, em sua opinião, estariam impedindo o bom funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele se baseou em estudo da Consultoria Legislativa do Senado para destacar, entre os fatores que têm impacto

negativo no funcionamento do SUS, a precariedade das condições sanitárias a que está submetida grande parte da população.

O baixo índice de instrução da população e questões como o aumento da violência e de acidentes de trânsito têm, disse o senador, forte impacto negativo sobre o SUS.

Ministro fez a previsão no 12º Congresso Brasileiro de Atividade Turística, promovido pelo Senado. Para ele, setor vai crescer o dobro da economia nacional

Turismo pode crescer entre 12% e 13% neste ano

A EXPECTATIVA DOS empresários brasileiros é que o setor de turismo cresça entre 12% e 13% neste ano, na comparação com 2009, informou ontem o ministro do Turismo, Luiz Barretto, na abertura do 12º Congresso Brasileiro de Atividade Turística, em Brasília. O ministro observou que esse crescimento se deve principalmente ao mercado doméstico – ou seja, os próprios brasileiros estariam impulsionando o setor.

– A expansão estimada para o turismo é quase o dobro do crescimento esperado para a economia em geral – destacou o ministro, acrescentando que os dados governamentais sobre o setor serão divulgados em março do próximo ano.

O congresso é promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR), presidida pelo senador Neuto De Conto (PMDB-SC), e pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara (CTD), presidida pela deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO).

Violência no Rio

O ministro Luiz Barretto negou que os recentes confrontos na cidade do Rio de Janeiro – que envolveram Forças Armadas e



Ministro Luiz Barretto: “É possível vencer a guerra contra o crime”

polícia no combate a traficantes – possam prejudicar eventos como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, ambas no Brasil, sendo a última na capital carioca.

Para Barretto, a reação governamental nos últimos dias, que resultou na tomada da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, antes dominados pelo tráfico, “demonstra que é possível ganhar a guerra contra o crime, embora haja muitas batalhas pela frente”. Ele declarou ainda que a atuação das unidades de polícia pacificadora (UPPs) “é



Senador Neuto De Conto fala durante o congresso, realizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

exitosa e indica a existência de uma política de segurança de médio e longo prazo”.

– Esses acontecimentos não afetaram os turistas, que ficam em regiões mais protegidas. Temos de nos preocupar com os moradores dos locais afetados – disse.

Investimentos

Entre as ações governamentais que visam à Copa e às Olimpíadas, o ministro ressaltou a importância das que se destinam à capacitação da mão de obra, “tão

necessárias quanto às relativas aos aeroportos e à infraestrutura em geral”. Segundo ele, o governo federal irá investir R\$ 300 milhões na qualificação profissional nos próximos quatro anos (a Copa acontece em 2014).

Sobre os gargalos na área da aviação, Luiz Barretto afirmou que o governo poderá investir até R\$ 6 bilhões no setor e mencionou a possibilidade de que a presidente eleita, Dilma Rousseff, crie um ministério ou uma secretaria exclusivamente para a área.

– Mas essa não é uma responsabilidade apenas do governo; é também do setor privado – declarou.

O ministro também citou programas e linhas de financiamento que serão utilizados para estimular o turismo no país. Um deles é o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), implementado pelo ministério em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, segundo ele, terá à disposição cerca de R\$ 2 bilhões nos próximos dois anos.

Cavalcanti quer transatlânticos parando no Porto de Cabedelo

A reforma e a modernização do Porto de Cabedelo, na Paraíba, poderá inseri-lo no circuito dos cruzeiros marítimos e, assim, impulsionar o turismo na região, afirmou ontem o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

– Será uma porta de entrada para os transatlânticos provenientes da Europa e dos Estados Unidos – explicou.

Além disso, o senador disse que Cabedelo, com os devidos investimentos, pode se tornar uma alternativa ao Porto de Recife, “que sofre de certo congestionamento no que se refere aos cruzeiros transatlânticos, porque esses acontecem praticamente na mesma época”.

Entre as obras necessárias para Cabedelo, Roberto Cavalcanti citou a construção de uma nova estação para passageiros e galpões para proteção de bagagens e cargas, além de investimentos nas atividades de



Senador afirma que Cabedelo pode aliviar pressão sobre porto de Recife

dragagem e na infraestrutura de segurança, entre outros. Para ele, tais obras são “absolutamente viáveis e podem permitir a inclusão do Porto de Cabedelo nos roteiros dos transatlânticos internacionais”.

O apelo de Roberto Cavalcanti recebeu o apoio do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que também defendeu a modernização do porto.

Cotait defende Expo 2020 na capital paulista

O senador Alfredo Cotait (DEM-SP) pediu ontem o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a candidatura da cidade de São Paulo a sede da Exposição Universal de 2020. O parlamentar lembrou que os dois outros grandes eventos internacionais – a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – acontecerão no Brasil.

– Será uma década crucial para a ascensão do Brasil ao grupo das maiores potências

– afirmou o parlamentar.

De acordo com Alfredo Cotait, a candidatura paulistana já conta com o apoio da prefeitura da cidade; dos ministérios das Relações Exteriores, do Turismo e do Desenvolvimento; e da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). A Abdib assinou um protocolo de intenções com a prefeitura. Para o senador, “o apoio da iniciativa privada será fundamental para iniciativa tão ambiciosa”.



Cotait pede apoio do presidente Lula para a candidatura paulistana

Senador propõe que União eleve investimentos

Ao defender o aumento dos investimentos do governo federal, Alfredo Cotait (DEM-SP) propôs uma série de medidas, entre elas a exigência de que

a União se submeta “à mesma austeridade e responsabilidade fiscal que passou a exigir de estados e municípios” após a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– É inadiável a fixação de limites à dívida federal – declarou, lembrando que “a União responde por mais de 90% da dívida pública nacional”.

Depois de sugerir que o governo federal dê atenção especial aos investimentos executados por governos estaduais e municipais, Cotait informou que deve apresentar um projeto que autoriza estados e municípios a abaterem parte do que pagam à União para utilizar em investimentos próprios.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa • Augusto Botelho

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Jefferson espera bons resultados da COP-16 em Cancún

Jefferson Praia (PDT-AM) disse ontem que, embora o resultado da 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-16) não deva ser o que o mundo espera, está otimista e acredita no avanço das negociações. A conferência, iniciada segunda-feira em Cancún, no México, reúne 194 países.

O senador assinalou que a participação de chefes de estado será menor que na reunião de Copenhague, Dinamarca (COP-15), "que foi considerada um fracasso". Por outro lado,



Jefferson: COP-15 foi um fracasso

ressaltou o reconhecimento estabelecido durante a COP-15 de que o aumento da temperatura do planeta não pode ser superior a 2°C e de que os países devem agir conjuntamente no combate ao aquecimento global. Além disso, ficou acordado que os países desenvolvidos devem apoiar os países em desenvolvimento, tanto tecnológica quanto financeiramente.

Maciel teme corte no FPM por causa de censo

Marco Maciel (DEM-PE) alertou que o Censo 2010, que apontou crescimento da população menor do que o esperado, trará como uma de suas consequências a revisão dos valores repassados pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Ele observou que, dessa forma, em muitos casos o valor do repasse será reduzido, trazendo problemas para os prefeitos e as populações das cidades afetadas.



Senador pede novo pacto federativo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) computou que o Brasil hoje tem uma população de 190,7 milhões, inferior à inicialmente estimada (191,5 milhões). Para ele, a situação atual torna evidente a necessidade de o Brasil modernizar seu pacto federativo.

Flexa lamenta não poder dar mais recursos à saúde



Flexa Ribeiro

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse se sentir frustrado por não conseguir – como sub-relator da área de saúde no Orçamento de 2011 – destinar mais recursos para ajudar a população.

– É uma das tarefas mais difíceis de toda a minha vida – afirmou, lamentando a incapacidade financeira da União para atender os brasileiros.

O senador informou que o investimento *per capita* do Sistema Único de Saúde (SUS) em 2009 foi de R\$ 449,93 por brasileiro, enquanto os planos de saúde gastaram R\$ 1.512 por usuário, ou três vezes mais.

Papaléo comemora convênio entre ILB e Macapá

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) elogiou ontem o convênio realizado entre a Câmara Municipal de Macapá e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para capacitação dos servidores daquela casa legislativa.

– Rilton Amanajás [presidente da câmara municipal] é um jovem de visão moderna, por isso a modernização da câmara. Suas ideias são progressistas e têm responsabilidade com a população. Parabéns aos vereadores e ao meu estado do Amapá –

Claudino defende mais verbas para os estados



Claudino

O senador João Vicente Claudino (PTB-PI) defendeu ontem em Plenário a transferência de mais recursos para os estados e uma política mais descentralizada e realmente federativa.

Para o parlamentar, com mais recursos nas mãos das autoridades locais, o desenvolvimento social se faria de maneira mais rápida e eficaz, chegando na forma de benefícios à população.

– Estou absolutamente convencido de que não há outro meio mais eficiente de promover a redução da pobreza – afirmou.



Papaléo elogia presidente da câmara cumprimentou.

Ele registrou reunião ocorrida na terça-feira entre Amanajás, o diretor-executivo do ILB, Carlos Roberto Stuckert, e representante do Centro Universitário Unieuro. Papaléo salientou que o ILB atende aos servidores públicos de diversas casas legislativas do país.

O presidente José Sarney adiantou também que deve instituir em breve uma outra comissão encarregada de apresentar proposta à nova Lei de Execuções Penais

Combate à violência terá fundo e novo CPP neste ano

O COMBATE AO narcotráfico e à violência deverá ser fortalecido com duas propostas em exame no Senado que devem ser aprovadas ainda neste ano, anunciou ontem o presidente da Casa, José Sarney. Uma é a proposta de emenda à Constituição (PEC 5/07) que cria o fundo permanente contra a violência, apresentada pelo falecido senador Antonio Carlos Magalhães. A outra é o projeto do novo Código de Processo Penal (PLS 156/09).

Sarney disse ainda que em breve deve instituir outra comissão para apresentar uma proposta à nova Lei de Execuções Penais. E defendeu a mudança na permissão para as visitas íntimas nos presídios de segurança máxima. O presidente do



Sarney defende mudança nas visitas íntimas em presídios de segurança máxima

Senado é de opinião que tais momentos não podem servir, como tem acontecido, para troca de informações ou envio de instruções às quadrilhas.

– O que nós desejamos e esta-

mos fazendo é justamente procurar modernizar e tornar mais efetiva a ação da Justiça nas situações que estamos vivendo agora – assinalou o presidente José Sarney

Para Mão Santa, violência é "herança maldita de Lula"

Ao comentar os recentes confrontos na cidade do Rio de Janeiro, que envolveram as Forças Armadas e a polícia no combate a traficantes, o senador Mão Santa (PSC-PI) disse que "a violência é a cara do governo Luiz Inácio [Lula da Silva]; é a herança maldita que ele deixa para a presidente eleita, Dilma Rousseff".

– Eu morei no Rio quando era estudante. Isso não era assim – afirmou ele ontem, em discurso.

Apesar de elogiar a ação que resultou na ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, antes dominados pelo tráfico, Mão Santa ressaltou que, com toda a mobilização que houve no

Rio de Janeiro (envolvendo inclusive Exército e Marinha), "seria muita desgraça" caso não houvesse êxito. Ele questionou, em seguida, se a ação basta para resolver o problema do tráfico na capital fluminense.

– Quantos morros há nessa cidade? Quantas favelas? Nada acabou – disse o senador.



Mão Santa: "Será que basta?"

Senador volta a defender renovação urgente no Parlasul

Mão Santa (PSC-PI) voltou a defender a renovação urgente dos representantes do Brasil no Parlamento do Mercosul (Parlasul). O mandato dos atuais representantes do país no Parlasul se encerra neste mês.

Recentemente, a Representação Brasileira no Parlasul aprovou anteprojeto de resolução do Congresso Nacional prorrogando até 31 de janeiro do próximo ano os mandatos dos atuais

ocupantes.

Mão Santa apresentou projeto de resolução do Congresso, entregue ao presidente do Senado, José Sarney, para manutenção da sistemática de indicação indireta desses parlamentares para o período de 2011 a 2012. A designação deverá ser feita pelo presidente da Mesa do Congresso – que é o presidente do Senado – a partir de indicação dos líderes partidários.

Jayme Campos pede investimento nas fronteiras



Jayme Campos

"O combate efetivo ao narcotráfico deve começar nas fronteiras: ali está a primeira trincheira da guerra contra os traficantes", afirmou Jayme

Campos (DEM-MT) ontem. Ele defendeu investimentos federais na contratação e no treinamento de pessoal qualificado e na aquisição de equipamentos de guerra.

– Sem guarnecer a fronteira com tropas e equipamentos, a sociedade permanecerá vulnerável e debilitada – disse.

Mário Couto anuncia Força Nacional no Pará



Mário Couto

O governador eleito do Pará, Simão Jatene esteve semana passada no Ministério da Justiça, onde conseguiu a liberação de uma equipe da Força Nacional de Segurança Pública para combater o crime no estado, informou Mário Couto (PSDB-PA). Segundo ele, "os bandidos tomaram conta do Pará sem que a governadora Ana Júlia Carepa tomasse qualquer providência".

Mozarildo cobra continuação de concurso

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu ao Ministério da Justiça e à Polícia Rodoviária Federal (PRF) que conclua o concurso iniciado em 2009, paralisado por suspeita de fraude. O Ministério

Público já constatou a não contaminação do concurso e, portanto, ele pode ser continuado, afirmou.

O senador disse que, inexplicavelmente, continuam em suspense os

1.125 aprovados na fase inicial.

– É incompreensível que haja prioridade para a criação de cargos comissionados e não para aquelas carreiras que são de Estado – reclamou.



Mozarildo Cavalcanti

Além de obrigar as televisões por assinatura a incluírem três horas e meia de programas nacionais por semana – ou meia hora por dia –, projeto já aprovado pela Câmara abre esse mercado também às empresas de telefonia

Ancine e setor audiovisual defendem cota para a produção brasileira

A DEFINIÇÃO DE cotas para produção nacional na programação de TVs por assinatura foi defendida ontem pelo diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Manoel Rangel, e por Cícero Aragon, diretor-executivo do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC) – entidade que reúne associações de cineastas e produtores audiovisuais. Eles participaram de debate promovido por cinco comissões do Senado (CCJ, CE, CCT, CMA e CAE), sobre projeto, já aprovado na Câmara, que define novo marco regulatório para o setor.

Para Manoel Rangel, os deputados conseguiram chegar a um consenso que beneficiará o mercado audiovisual brasileiro e as empresas estrangeiras que atuam no setor. Ele considera que o projeto (PLC 116/10), fruto de quatro propostas, está pronto para ser votado.

– O projeto está plenamente maduro para uma tomada de decisão e representa forte consenso de entendimento, podendo assim representar um marco decisivo na regulamentação deste setor – afirmou, apontando também a importância da entrada das empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura.

Ele explicou que, atualmente, somente 17% dos domicílios



Cícero Aragon (E), Alexandre Annenberg, Adalberto Vasconcelos, Demóstenes Torres, Manoel Rangel e Cesar Silveira Neto

brasileiros têm serviço de TV por assinatura e o projeto vai ao encontro da necessidade de aumentar esse número.

Valorização

A mesma opinião tem Cícero Aragon. Ele ressaltou que, dos 105 canais pagos à disposição dos brasileiros, somente oito são dedicados a conteúdos nacionais e, desses, apenas três exibem majoritariamente conteúdo nacional, com apenas um deles dedicado à produção independente brasileira.

– O cinema brasileiro tem muito pouco espaço para exibição do seu conteúdo, apesar de ter

muita produção. Os números comprovam o quanto é concentrado o mercado e o quanto é necessária essa regulação, bem como a política de cotas – disse.

Aragon lembrou que o sistema de cotas definido no projeto obriga todas as TVs por assinatura a exibirem, durante horário nobre, três horas e trinta minutos semanais – 30 minutos por dia – de programação brasileira. Essas cotas, argumentou, são “a única forma de passar o conteúdo audiovisual brasileiro”.

– A cada ano, o Brasil investe mais de R\$ 100 milhões em conteúdo audiovisual, mas estamos acostumados a sermos

vistos por muitos poucos olhos – assinalou.

Para Manoel Rangel, as cotas, apesar de ainda serem pequenas, não são desprezíveis, “pois vão alterar a dinâmica do mercado, agregando maior valor à produção nacional de qualidade”.

Por sua vez, o secretário de Fiscalização de Desestatização (Sefid) do Tribunal de Contas da União (TCU), Adalberto Santos de Vasconcelos, explicou que o órgão está acompanhando os procedimentos adotados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) referentes ao planejamento do novo serviço de TV por assinatura.

Produtor acusa Sky de atuar contra regulamentação

A primeira audiência pública sobre o projeto de regulamentação do mercado de televisão por assinatura foi encerrada com o produtor de cinema Luiz Carlos Barreto afirmando que a Sky é a única empresa do setor que se mantém contrária e trabalha contra a proposta. Segundo ele, enquanto as demais empresas de televisão paga “evoluiram para apoiar” a proposta, a Sky se mantém numa “posição radical”. A preocupação seria com o que chamou de “fantasma” da cota de horário para exibição obrigatória de programas de conteúdo nacional.

– Não vou jogar para debaixo do tapete, até porque não tenho mais idade para isso – afirmou Barreto.

Para o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), a proposta é complexa e envolve grandes interesses, exigindo um debate sem pressa e um exame exaustivo. Alvaro Dias (PSDB-PR) também defende um aperfeiçoamento do projeto pelo Senado e argumenta que a Casa não pode limitar seu trabalho. O relator na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), concordou que o Senado muitas vezes enfrenta pressões para votar matérias “de forma atropelada”, mas disse que esse não era o caso do projeto em discussão.

O texto deve receber pareceres das comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Educa-



Luiz Carlos Barreto acredita que a Sky é a única empresa contra o projeto

ção, Cultura e Esporte (CE); e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). Em seguida, será votado na CCT, em decisão terminativa.

Caso seja alterado, terá que voltar à Câmara para análise das mudanças. No entanto, os governistas e parte da oposição articulam para que o texto

passe intacto e siga logo para sanção presidencial.

Na próxima semana, a comissão vai ouvir representante do Procon na segunda audiência sobre o projeto. Será convidado o presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão, Marco Altberg.

Flexibilização da Voz do Brasil volta à Câmara

As emissoras de rádio comerciais e comunitárias poderão escolher o horário do início da transmissão do programa *Voz do Brasil*, entre 19h e 23h, conforme projeto de lei aprovado ontem pelo Plenário do Senado.

De iniciativa da Câmara, a proposta (PLC 109/06) recebeu emenda na Comissão de Educação (CE). Para que a matéria seja enviada à sanção, ela precisa ser aprovada pelos deputados.

O projeto determina que a emissora que optar por um horário alternativo deverá informá-lo pontualmente às 19h.

Em casos de calamidade pública, as rádios poderão ser dispensadas da exibição do programa, desde que o horário seja utilizado para a prestação de serviço de utilidade pública.

De acordo com o texto aprovado pelo Plenário, as rádios educativas permanecerão iniciando a transmissão da *Voz do Brasil* no horário habitual: entre às 19h e às 20h.

As emissoras pertencentes ao Poder Legislativo federal, estadual ou municipal deverão, nos dias em que houver sessão legislativa noturna, escolher o horário em que colocarão no ar o programa.

Suplicy elogia filme sobre a ditadura militar

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou, em Plenário, o filme *Em teu nome*, do cineasta gaúcho Paulo Nascimento, que relata a trajetória do jovem estudante gaúcho João Carlos Bona Garcia, preso, torturado e exilado pela ditadura militar. O filme foi exibido na terça-feira no Senado, com o apoio do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A produção, lembrou Suplicy, mostra as atribulações sofridas por Bona Garcia, da prisão no Brasil ao retorno ao país com a promulgação da Lei da Anistia, passando pelo exílio no Chile – até o golpe militar contra o presidente Salvador Allende –, pela Argélia e pela França, onde estudou Direito e Economia.

Simon elogiou a participação de Suplicy no debate realizado logo após a exibição, no Auditório Petrônio Portella.



Suplicy contou detalhes da produção, que traz história de ex-preso político

Teles e TVs por assinatura se unem em torno de aprovação rápida

A esperada polêmica entre representantes das telefônicas e das TVs por assinatura em torno de mudanças no mercado de televisão paga acabou não acontecendo em debate realizado ontem por cinco comissões do Senado. Os dois segmentos empresariais resolveram se unir em defesa da aprovação rápida, se possível ainda este ano, de projeto de lei da Câmara (PLC 116/10) que possibilita às telefônicas ofere-

cerem serviço de TV paga.

O presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, iniciou sua apresentação com críticas às modificações aprovadas pela Câmara ao PL 29/07, que originou o PLC 116/10. Suas ressalvas se referiam à fixação de cotas de conteúdo nacional na programação dessas emissoras e à delegação de poder à Agência Nacional do Cinema (Ancine)

para fiscalizar o cumprimento das novas regras.

Entretanto, o presidente da ABTA considerou ser “absolutamente indispensável” a entrada das teles no mundo da TV por assinatura, para estimular a concorrência.

O superintendente-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebras), Cesar Rômulo Silveira Neto, reforçou a defesa

da abertura desse mercado, para atender a uma “enorme demanda” da sociedade por serviços “mais baratos e eficientes”.

– O país pode se tornar um grande polo produtor de conteúdo multimídia com a aprovação desse projeto. E isso só vai ser possível com a entrada das teles no serviço de *tripleplay* (telefone, acesso à internet e TV por assinatura) – afirmou.